

NOTÍCIAS E RECENSÕES

PROVAS ACADÉMICAS

Durante o ano de 1994, prestaram provas públicas em História, em ordem à obtenção de graus, nas diversas categorias académicas, um significativo número de candidatos, que apresentamos dentro do critério seguido em números anteriores, registando apenas: a data da prova, o nome do candidato, o título do trabalho, o júri e a classificação final.

Mestrado:

— em *Arqueologia*:

24-01-1994 — Teresa Maria Gomes Pires de Carvalho — *A terra sigillata de monte Mozinho (Contributo para a História Económica do Povoado)*. Júri: Françoise Mayet (arguente), Carlos Alberto Ferreira de Almeida, catedrático da FLUP e Rui Manuel Sobral Centeno, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

4-2-1994 — Virgílio Nuno Hipólito Correia — *A epigrafia da idade do ferro do sudoeste da Península Ibérica*. Júri: Javier de Hoz (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno, profs. associados da FLUP. Muito Bom.

17-2-1994 — Joaquim António Gonçalves Guimarães — *Gaia e Vila Nova na Idade Média — Arqueologia de uma área Ribeirinha*. Júri: José Custódio Vieira da Silva, Prof. da Univ. Nova de Lisboa, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, prof. catedrático da FLUP e Armando Coelho Ferreira da Silva (arguente), prof. associado da FLUP. Muito Bom.

17-2-1994 — António Manuel de Carvalho Lima — *Castelos medievais do curso terminal do Douro (Séc. IX-XII)*. Júri: José Custódio Vieira da Silva (arguente), Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

4-2-1994 — Maria Antónia Dias da Silva — *A cerâmica castreja da Citânia de Briteiros*. Júri: João Carlos de Senna-Martinez (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

21-3-1994 — Maria das Dores Girão da Cruz — *Significado social da cerâmica doméstica — Fundamentos para uma classificação tipológica da cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão)*. Júri: Maria Manuela dos Reis Martins (arguente), prof.^a associada da Univ. do Minho, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, prof. catedrático da FLUP e Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, Prof.^a associada da FLUP. Muito Bom.

23-3-1994 — António Pereira Dinis — *Ordenamento do território do Baixo Ave no I Milénio A. C.*. Júri: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), prof. catedrático da FLUC, Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

23-3-1994 — António Paulo Gomes de Amaral — *O povoamento romano no vale superior do Tâmega — Permanências e mutações na humanização de uma paisagem*. Júri: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

24-3-1994 — Maria Belém Cerdeiras de Campos Paiva — *Ânforas romanas de castros da fachada atlântica do norte de Portugal*. Júri: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

24-3-1994 — António Manuel dos Santos Pinto da Silva — *Proto-História e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral — Elementos para uma avaliação crítica*. Júri: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva, Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

25-3-1994 — Alexandra Cerveira Pinto Sousa Lima — *Sistemas de povoamento e ocupação do espaço em Castro Laboreiro — Serra da Peneda*. Júri: José Custódio Vieira da Silva (arguente), Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

25-3-1994 — Paulo José Antunes Dórdio Gomes — *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro: A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (Séculos XII-XV)*. Júri: José Custódio Vieira da Silva (arguente), Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

18-4-1994 — Joel Alves Cerqueira Cleto — *A necrópole megalítica da Serra do Castelo (Baião) — Contributos para o seu estudo e contextualização na Pré-História recente do Norte de Portugal*. Júri: Maria Manuela dos Reis Martins, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, Susana Maria S.R.L. de Oliveira Jorge (arguente). Muito Bom.

4-5-1994 — António Baptista Lopes — *A cerâmica do Castro da Senhora da Guia (Baiões) — Tecnologia e morfotipologia*. Júri: João Carlos de Senna-Martinez (arguente), Armando Coelho Ferreira da Silva, Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

6-5-1994 — Maria Isabel Noronha e Azeredo Pinto Osório — *Cidade, plano e território — Urbanização do plano intramuros do Porto (séculos XIII-1.ª metade XIV)*. Júri: Pedro Ferreira Gomes Barbosa (arguente), prof. associado da F.L.U.L., Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

6-5-1994 — Miguel Carlos Lopes Brandão Areosa Rodrigues — *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (séculos XII-XIII)*. Júri: Pedro Ferreira Gomes Barbosa (arguente), Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Rui Manuel Sobral Centeno. Muito Bom.

4-7-1994 — Maria Miguel Marques da Silva Ferrão Lucas Simões — *As regiões de «Torres» e «Alenquer» no contexto do calcolítico da Estremadura portuguesa*. Júri: Maria Manuela dos Reis Martins (arguente), Vítor Manuel de Oliveira Jorge e Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge. Muito Bom.

— em *História Medieval*:

27-01-1994 — Sérgio Lira — *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira (Dos Primórdios a 1300)*. Júri: Maria Teresa Nobre Veloso (arguente), José Marques e Armindo de Sousa. Muito Bom.

24-4-1994 — Maria Joana Velez Pacheco de Amorim de Sousa Guedes — *A compilação de Coimbra — edição crítica do manuscrito 1192 da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Júri: Maria Idalina C. P. Resina Rodrigues (arguente), prof.^a catedrática da FLU.L., José Adriano Moreira Freiras de Carvalho, prof. catedrático da FLUP e Armindo de Sousa, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

— em *História Moderna*:

7-3-1994 — José João Maduro Maia — *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902)*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (Arguente), prof. catedrático da Univ. Nova de Lisboa, Fernando Alberto Pereira de Sousa e Francisco Ribeiro da Silva, profs. catedráticos da FLUP. Muito Bom.

28-4-1994 — Laura Maria Silveira Mesquita — *Braga e a cultura portuguesa dos finais da época moderna: A biblioteca dos oratorianos*. Júri: Maria Benedita Araújo, prof.^a da FLU.L., João Francisco Marques e Eugénio Francisco dos Santos, profs. catedráticos da FLUP. Muito Bom.

27-6-1994 — Maria Teresa Braga Soares Lopes — *Emigração legal portuguesa no distrito de Aveiro (1882-1894)*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), Fernando Alberto Pereira de Sousa e Jorge Fernandes Alves. Muito Bom.

27-6-1994 — Luís Antunes Grosso Correia — *Alfabetização e condição social — o Porto em finais do século XIX*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), Fernando Alberto Pereira de Sousa e Francisco Ribeiro da Silva. Muito Bom.

Doutoramento:

14-04-1994 — Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte — *Justiça e criminalidade no Portugal Medievo (1459-1481)*. Júri: António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques (Arguente), prof. catedrático da Univ. Nova de Lisboa, Humberto Carlos Baquero Moreno (Arguente), Luís Alberto Adão da Fonseca, José Marques, profs. catedráticos da FLUP., Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem e Prof. Doutor Armindo de Sousa, profs. associados da FLUP. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

18-04-1994 — Maria Teresa Cordeiro de Moura Soeiro — *O Progresso também chegou a Penafiel — Resistência e mudança na cultura material 1741-1910*. Júri: Jorge Nogueira Lobo Alarcão e Silva (Arguente), Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Arguente), Vítor Manuel de Oliveira Jorge, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

Agregação:

22 e 23-02-1994 — «*Dionisius et Alfonsus, Dei gratia reges et communis gratia legiferi*», (Lição de síntese).

Júri: António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques (arguente), prof. catedrático da U. N. de Lisboa, A. Maria Helena da Cruz Coelho, prof.^a catedrática da F.L.U.C., Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Luís Alberto Adão da Fonseca, Aurélio de Araújo Oliveira, José Marques (arguente), João Francisco Marques (arguente), Fernando Alberto Pereira de Sousa, Francisco Alberto Fortunato Queirós e Vítor Manuel de Oliveira Jorge, profs. catedráticos da F.L.U.P.. Aprovado por unanimidade.

14 e 15-03-1994 — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge — «*Colónias, fortificações, lugares monumentalizados — Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular*» (Lição de Síntese). Júri: German Delibes de Castro (arguente), prof. catedrático da Univ. de Valladolid, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), prof. catedrático da F.L.U., Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (arguente), Luís Alberto Adão da Fonseca, Aurélio de Araújo Oliveira, José Marques, João Francisco Marques, Fernando Alberto Pereira de Sousa e Francisco Alberto Fortunato Queirós, profs. catedráticos da F.L.U.P.. Aprovado por unanimidade.

14 e 15-11-1994 — Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva — «*A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C.*». Júri: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente) e José Manuel Santos Encarnação (arguente), profs. catedráticos da F.L.U.C., Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Luís Alberto Adão da Fonseca, Aurélio de Araújo Oliveira, José Marques, João Francisco Marques, Fernando Alberto Pereira de Sousa, Francisco Alberto Fortunato Queirós, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (arguente) e Francisco Ribeiro da Silva, profs. catedráticos da F.L.U.P.. Aprovado por unanimidade.

Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, I. *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, 530 pp.

Este livro, que a Universidade dos Açores em boa hora decidiu publicar, é o primeiro volume da dissertação de doutoramento do autor, a que se seguirá, como está já anunciado, um outro sobre a economia açoriana na mesma época, e eventualmente um terceiro sobre a sociedade, não fazendo este último parte da referida dissertação.

A primeira coisa a realçar na obra é a temática, pois o século XVIII, por razões várias, que vão da política à preguiça mental, tem sido, na historiografia açoriana, um parente pobre. Avelino de Meneses tem o mérito de ultrapassar tal preconceito e abalançar-se num vasto quadro de análise crítica da problemática açoriana durante o século XVIII, inserindo-a numa visão de conjunto das questões nacionais e internacionais que se prendem com a história do Atlântico e do império ultramarino em geral.

Segue-se, nos méritos da obra, a notabilíssima recolha documental, variada e rica. Desde os arquivos nacionais, onde se tratavam questões de ordem geral e de superestrutura, aos arquivos locais, onde o quotidiano ficou registado com mais minúcia. Isto é de louvar ainda mais, quando uma percentagem grande dos documentos é inédita, porque para esta época cronológica a publicação de documentação tem sido escassa.

Se, por exemplo o *Arquivo dos Açores* e um ou outro historiador se interessaram pela publicação de fontes referentes ao consulado pombalino, o período anterior é quase um deserto. Ora o autor recolheu um conjunto de documentos, abrangendo os vários estratos da administração, que surpreende pela abundância, mas acima de tudo pelo tipo com que foram seleccionados.

Creio ser mesmo de sugerir que, no futuro, Avelino de Meneses venha a preparar um tomo ou apêndice documental, onde fique registado esse manancial, que é um dos aspectos mais relevantes da sua obra. Pelas notas registadas e pela variedade dos arquivos citados pode-se calcular o trabalho e a dedicação que foram necessários para percorrer as ilhas em busca de fontes.

Mas não se pense que a erudição e o peso da recolha documental acabaram por subverter a análise das questões elencadas. Foi tentação a que o autor soube fugir, não nos dando um quadro descarnado da história, formada simplesmente por uma sobreposição de documentos. Antes pelo contrário, o que mais interessa neste livro é a constante linha de força duma interpretação inteligente do mundo insular e dos seus problemas. Avelino de Meneses não fugiu às opções que continuamente lhe surgiram e soube dar um quadro vivo das questões complexas da administração pública dos Açores, numa época conturbada, como esta que estuda. Os interesses instalados, a luta surda entre o poder central e os municípios, as rivalidades estereis pela preponderância entre os cargos mais destacados, ou os conflitos entre a ortodoxia e a hierarquia religiosa e as comunidades locais, com a sua contínua resistência, dão a este estudo aquele sopro de vida e autenticidade que fazem a história. Sem isto, a narrativa histórica corre o risco de perder o interesse para a compreensão da vida e da actualidade, que são os seus objectivos.

Isto leva-nos directamente à opção do autor pela escolha de um corte cronológico que abrange as décadas de 1740 a 1770. Ora esta opção foi certamente tomada com a intenção de centrar o estudo na instalação de uma nova forma de governação e administração para o arquipélago, que desde cedo despertou vivo interesse entre os historiadores e que nos nossos dias assume de novo importância redobrada.

Em 1766 estabelecia-se nos Açores uma Capitania Geral inserida na reorganização do império ultramarino e mesmo numa mais vasta e complexa visão do Estado moderno. O seu mentor foi o futuro Marquês de Pombal.

Estas decisões tem sido, ao longo do tempo, dissecadas como as mais significativas para a compreensão da entrada do Estado português na modernidade e conseqüentemente levado a desencontradas opiniões.

Estudar, na sua complexidade, a implantação de um governo geral, burocratizado e centralizador, num arquipélago caracterizado pela diversidade e pela desigualdade social e económica das suas diversas parcelas é um desafio notável.

Mas ninguém melhor do que Avelino Meneses para o fazer. Antes de mais, porque estas questões relacionadas com a governação dos Açores já o haviam preocupado ao estudar a orgânica política que o domínio filipino, no final do século XVI, impôs ao conquistado arquipélago.

Agora, servindo-se, evidentemente, de nova metodologia, Avelino de Meneses volta a equacionar esta problemática do governo geral e da resistência que tal solução sempre encontrou entre os açorianos.

É manifestamente inovador, no seu estudo, a abordagem desta matéria pelo prisma da atenção dedicada a uma minuciosa análise às situações existentes nas duas décadas que antecederam a decisão de Sebastião José de Carvalho e Melo. Compreende-se agora, melhor do que nunca, a resistência que, inevitavelmente, um governo centralizado encontraria no mapa político existente nas ilhas.

Aliás os problemas das municipalidades no século XVIII, que o autor já havia tratado também, ao estudar o município da Madalena do Pico, são outro dos esteios da obra agora publicada. É de salientar que tenha sido possível, sem monografias de apoio, dar uma panorâmica tão rica e variada das questões políticas e administrativas de uma tão vasta gama de municípios, espalhados pelas ilhas com tão variada problemática, porque, obviamente, o estudo do município de Angra ou de Ponta Delgada põe questões e requer uma análise metodológica bem diversa daquela que se usará para o município de Santa Cruz das Flores ou da Graciosa.

A tudo isto, Avelino de Meneses responde com mestria e notável clarividência, apoiado num acervo de documentos espantoso e usando de rigor científico que foge a tentações generalistas. É de destacar a opção de esmiuçar cada questão, aprofundando-a e não desistindo de descer mesmo ao pormenor. Pode-se observar que tal solução torna o texto pesado e, às vezes, com demasiada erudição, mas o risco é bem menor para a compreensão do conjunto e do essencial, do que se a opção fosse, em nome da elegância literária, esquecer a diversidade típica do Antigo Regime e das ilhas em especial.

No meu entender as páginas dedicadas ao municipalismo são incontestavelmente o melhor deste longo trabalho e podem servir de modelo para estudos futuros, urgentes, das municipalidades insulares em outros séculos, principalmente no século XIX, sobre o qual a nossa ignorância é espantosa.

Passa o autor a dissecar a rede do funcionalismo régio nas ilhas e o seu complicado emaranhado, que por se haver sobreposto ao longo dos séculos, não apresentava uma lógica muito visível.

É hoje, para nós, difícil compreender a hierarquia e as relações entre o Corregedor, o Provedor da Fazenda e o Bispo, mas certamente não o seria menos para os contemporâneos desse espantoso século XVIII, que deviam encarar com alguma perplexidade esta desequilibrada pirâmide, na qual ainda preponderavam os resquícios da primitiva organização das capitanias e dos donatários, com os seus privilégios e isenções, vindo do final da Idade Média.

Só, como fez Avelino de Meneses, estudando pacientemente as funções e o exercício de cada uma destas importantes figuras, com base na documentação, se poderá compreender como tudo isto correspondia a uma administração típica do Antigo Regime, com os seus particularismos, mas certamente afrontosa para uma concepção iluminista do Estado.

Com o estudo agora publicado, pela primeira vez ficam claras as motivações, principalmente políticas, que levaram ao estabelecimento da Capitania Geral.

Uma palavra ainda para destacar as páginas dedicadas às questões militares e da defesa das ilhas, numa época em que o seu interesse geoestratégico de novo renascia, com o reacender das lutas de fronteira, no Brasil.

O que se pode concluir da nova visão que o autor nos apresenta deste actualíssimo problema é que as tarefas impostas pela efectiva defesa das ilhas e a sua valorização político-militar requeriam recursos que muito dificilmente poderiam ser disponibilizados por Portugal e daí o inevitável abandono dos açorianos à sua sorte. As inovações, em política de defesa, trazidas pela organização pombalina, foram um estrondoso falhanço e deixaram o arquipélago num deplorável estado de insegurança que, em termos teóricos, fazia perigar a rectaguarda da política ultramarina de intransigente defesa das fronteiras do sul brasileiro.

Por fim deve-se realçar o equilíbrio conseguido entre a minúcia dos estudos quase monográficos de vários problemas surgidos e as visões de síntese necessárias para darem corpo a este livro, como uma visão pensada dos Açores como uma peça de xadrez da política portuguesa ultramarina ao serviço do Estado iluminista da segunda metade de setecentos.

Por tudo isto, o livro agora publicado despertará certamente o interesse não só dos estudiosos da história açoriana, mas também da historiografia nacional e da expansão europeia, numa época pouco conhecida.

Reis Leite

BULST, Neithard — *Die französischen Generalstände von 1468 und 1484 — Prosopographische Untersuchungen zu den Delegierten*, Jan Thorbecke Verlag, Sigmaringen, 1992, 495 pp.

O autor é Professor de História Medieval na Universidade de Bielefeld. Tem sido um entusiasta utilizador do método prosopográfico na sua área de estudos, e tem contribuído substancialmente para a sua divulgação. Em Dezembro de 1982 promoveu em Bielefeld a *First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography* e tem contribuído com regularidade para a publicação periódica *Medieval Prosopography*. O que distingue o trabalho que aqui se noticia da abundante bibliografia sobre os Estados Gerais franceses é exactamente a utilização deste método no estudo das delegações presentes das diversas cidades para 1468, e dos bailiatos ou senescalias para 1484.

O objectivo do trabalho é o estudo dos Estados Gerais através dos representantes dos três estados e, embora pretendesse fazê-lo logo desde o início, ou seja, desde 1302, a raridade das fontes para fins prosopográficos, força-o a concentrar-se nos dois Estados Gerais, de 1468 e 1484. Mas antes de entrar directamente na matéria, faz o autor uma curta digressão sobre a historiografia dos Estados Gerais e o ponto da situação actual da investigação nesta área. No fim do trabalho irá acrescentar uma extensa lista bibliográfica que inclui muitas das obras publicadas até hoje sobre este assunto. Claro

que a metodologia prosopográfica do autor levá-lo-á mais a uma história social dos Estados Gerais, do que a uma história jurídica ou político-institucional, o que ele claramente assume, com o sub-entendimento que o essencial destas últimas já está feito.

Os Estados Gerais de 1468 foram convocados por Luís XI, com o único objectivo, por parte do rei, de evitar a concessão da Normandia como apanágio a seu irmão Carlos. Os de 1484, convocados ainda na menoridade de Carlos VIII, filho do supracitado rei, destinavam-se a esclarecer a questão da regência, até à maioridade do jovem monarca, confirmando-a a sua irmã Ana, e ao marido desta Pierre de Beaujeu, irmão do Duque João II de Bourbon, ou atribuindo-a ao Duque de Orléans, futuro Luís XII. Uma curta exposição sobre a situação política precede pois o catálogo prosopográfico das delegações.

Este, como o sub-título anuncia, constitui a parte essencial da obra. Está dividido em duas secções: a primeira, mais curta, descreve as delegações aos Estados Gerais de 1468, a segunda as dos Estados Gerais de 1484. Repartidas, como já se disse, por cidades para 1468, por bailiats ou senescalias para 1484, estão ordenadas segundo as listagens coetâneas de Le Prévost, para as de 1468, e de Masselin, para as de 1484. A uma indicação dos nomes dos delegados, segue-se a sua curta biografia e, ocasionalmente, pormenores sobre a sua «eleição».

Mas a exploração da investigação prosopográfica realizada constitui a III parte, a mais essencial e interessante desta obra. Em primeiro lugar tira conclusões sobre a «eleição» e mandato dos delegados: a «eleição» era determinada pelo rei nas cartas convocatórias. Assim Luís XI manda que cada cidade eleja delegados do clero e do terceiro estado, mas para 1484 a determinação é que cada bailiato ou senescalia seja representada pelos membros dos três estados em conjunto. Em ambos os casos não se pode falar duma eleição no sentido moderno e democrático do termo; daí o «entre» — os estratos médios e inferiores, quer urbanos, quer do clero, não conseguem fazer-se representar nas delegações.

Em contrapartida, será sobre o terceiro estado que irá recair a sobrecarga fiscal necessária à cobertura das despesas com os Estados Gerais. Será esse mesmo um argumento que os monarcas utilizarão, sincera ou hipocritamente, para evitar a sua convocação, e que ajudará Luís XI a terminar com os de 1468, uma vez conseguidos os seus objectivos — o prolongamento imporia ao rei decisões incómodas relacionadas com as «doléances», muito particularmente as desse mesmo terceiro estado, que eram exactamente o que o tinha levado a aceitar de bom grado a convocação dos Estados Gerais, não obstante a despesa que sabia ter de vir a suportar. Desenha-se assim uma evolução desta instituição não no sentido do reforço do parlamentarismo, mas como puro instrumento da monarquia absoluta, que inclusive poderá ser dispensado a partir de 1614.

A análise prosopográfica dos delegados de 1468 e 1484 permite concluir, apesar do relativamente curto intervalo entre uns e outros, não haver continuidade entre os do terceiro estado. Seria isso resultado das novas «circunscrições eleitorais» e do novo tipo de delegações, juntando os três estados? Assim parece. O mesmo não se aplica no entanto aos delegados da nobreza — para esta haverá inclusive a partir de 1484 e até 1614 uma permanência de delegados pertencentes sempre às mesmas famílias: Montmorency, La Trémoille, Foix, d'Illiers, Pot, Rabutin, du Bellay, Monchy. Evoca isto para o autor um fenómeno e método que já foi aqui noticiado: o da «Verflechtung» ou entrelaçamento, consanguíneo ou por afinidade, e das redes de clientela; e vai ilustrá-lo melhor em apêndice, com a exposição de algumas árvores genealógicas.

Mas em 1484, o peso dos funcionários régios entre os representantes do terceiro estado é significativo (62,9%). Vai assegurar aos Beaujeu, que detinham de facto a regência e assim controlavam o aparelho de estado, a confirmação dessa regência. Este peso anuncia a importância crescente do funcionalismo régio da monarquia absoluta, que irá constituir a nobreza togada, aquilo que a historiografia tende cada vez mais a considerar um quarto estado, servindo de tampão entre o monarca absoluto e os outros três estados. Também a localização dos Estados Gerais é objecto de análise. A deslocação em 1484 para Tours, quando originalmente se deveriam realizar em Orléans, vai claramente favorecer a causa dos Beaujeu. Que teria acontecido nos de 1789, se em vez de se realizarem em Versailles, sob a pressão directa do povo de Paris, se tivessem realizado em Orléans, Tours ou Blois?

Não é pacífico comparar nos mesmos termos as Cortes portuguesas, e os Estados Gerais franceses, tendo em conta ainda a realização em França de Estados Provinciais, mais frequentes que os Gerais. Mas as datas limites da realização de Cortes — provavelmente 1254-1697 —, contra 1302-1614, para os Estados Gerais, comparam a nosso favor, bem como a sua periodicidade; entre 1468 e 1484, reuniram-se em Portugal pelo menos 10 vezes, contra estas 2 vezes em França. Salvas as devidas diferenças, não pode deixar de vir à mente o notável trabalho publicado não há muito sobre as cortes da Baixa Idade Média portuguesa. Tendo em conta as interessantes conclusões em posterior trabalho induzidas pelo mesmo historiador da sua investigação nessa área, a saber, da existência em Portugal no século XV de uma burguesia, que é o único extracto social que se poderá qualificar de verdadeira «classe» a nível nacional, perguntámo-nos até que ponto é que essas conclusões não poderiam ser ainda melhor apoiadas por uma catalogação prosopográfica dos delegados dos concelhos às Cortes? Para terminar, à única lacuna que ocorre relativamente a esta obra do Professor Bulst é a ausência, em apêndice, de uma ficha normalizada, individual para cada delegado, que permitisse uma fácil informatização. Sabemos quanto estes ficheiros são preciosos para os estudiosos de história social e, embora os interessados possam elaborá-lo neste caso utilizando o catálogo prosopográfico publicado, o seu trabalho estaria certamente facilitado se ele já existisse.

Pedro de Brito

New History, Nouvelle Histoire: Hacia una Nueva Historia, ed. Jose ANDRES-GALLEGO, Madrid, Editorial Actas, 1992.

1. *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una Nueva Historia* recolhe os textos de doze conferências proferidas por especialistas de áreas diversas, no âmbito do Curso de Verão realizado pela Universidade Complutense de Madrid em 1992. Ao longo das 245 páginas do livro da Editorial Actas recolhem-se as reflexões sobre o movimento da *Nova História*, nascido nos anos 60, fruto da crise do racionalismo, fundamento da civilização ocidental moderna. E embora fruto desse movimento de ruptura, o movimento da *Nova História*, na tentativa de superação da crise, fundamenta-se ainda no próprio racionalismo, assentando igualmente a sua concepção de História na primazia do ser humano e na comunicabilidade das suas propostas.

A crítica post-moderna não invalidou estes pressupostos, apesar da justeza de algumas das suas críticas, embora possa ser legítimo interrogarmo-nos se parte dos efeitos 'perversos' da modernidade não se devem justamente a uma racionalidade ainda insuficiente. Como J. Rüsen salienta (p. 137), a reformulação dos critérios de razão e

método e o alargamento do conceito de crítica das fontes deveriam conduzir ao progresso do conceito de razão em História.

Como sublinha B. Geremek (p. 93), a concepção e reivindicação de uma história nova tem sido uma constante da historiografia, em particular desde os fins do século XVIII. Com as Luzes, o conceito de história surge como compreensão da totalidade do desenvolvimento temporal (J. Rüsen, p. 125), isto é, combinando de uma forma que se desejava global, passado, presente e futuro. Conceito este que é comum a todos os desenvolvimentos posteriores da historiografia que se quiseram inovadores.

2. Na busca das origens do movimento actual da *Nova História*, os *Annales* representam um marco decisivo, que importa todavia desmistificar (I. Olábarri, p. 37). Como influências marcantes da *Nova História*, devem-se ainda juntar a historiografia marxista, a *Social Scientific History* e a escola de Bielefeld, que ao longo do século XX revolucionaram a prática historiográfica, numa continuação do pensamento do primeiro terço do século XIX. Pensamento que se mantém fecundo e que se deve considerar, na sua aspiração a ser *novo*, uma estrutura mental, isto é, um fenómeno de longa duração.

Foram postulados pelos fundadores dos *Annales*, ainda que por vezes de modo implícito, a construção do objecto da investigação pelo historiador e a necessidade de elaborar uma história global. Para Lucien Febvre e Marc Bloch, é o historiador que constrói o seu documento, cuja análise lhe permitirá a reconstituição e explicação do passado. Para tal deve lançar inquéritos colectivos minuciosos e manter uma relação dialéctica entre o presente e o passado (I. Olábarri, p. 41-43). O desejo de reconstituir a globalidade dos fenómenos humanos visava acabar com o primado da história política e estabelecia um novo primado: o dos fenómenos colectivos de longa duração. A História, que se desejava que fosse uma Ciência em pé de igualdade com as outras, buscava o universal e as regularidades. Este era o pensamento subjacente ao programa de Simiand e adoptado, por intermédio de Henri Berr, pelos *Annales*.

Neste novo predomínio do social e do económico, muito devera da historiografia marxista, e na preferência dada aos fenómenos de longa duração, o desejo de globalidade não deixava esquecer os deserdados da história, mas esquecia e condenava qualquer abordagem que desse importância ao individual e ao acontecimento. Esta ambição de totalidade conduziu ao parcelamento da história, o que se tornava imprescindível para poder aplicar os métodos das outras Ciências Sociais.

A ideia de progresso e a crença na racionalidade humana não eram, de modo nenhum, postas em causa, e utilizava-se crescente e continuamente uma visão teleológica do acontecer histórico (F-X. Guerra, p. 231), que casava bem com a função prática da historiografia, que desejava prever para prover — função esta particularmente evidente nos historiadores americanos da *Social Scientific History* (I. Olábarri, p. 44).

3. Continuando a reclamar-se como *Nova*, a historiografia sofre uma explosão na década de 60 (J. Andres-Gallego, p. 15), multiplicando-se os temas, em abordagens que estruturavam a história em hierarquias, sistemas sociais e modos de produção, e organizando as formações sociais em estudo em subsistemas, regiões, infra e superestruturas (A. Morales Moya, p. 139).

A evolução da *Nova História* desde os anos 60, em parte fruto das crises do marxismo e da ideia de progresso, recolhe as contribuições da história económica, sobretudo da noção do quantitativo, da sociologia e do conceito de mentalidades (B. Geremek, p. 84). O estudo das ideias, sentimentos, valores, mitos políticos, comportamentos marginais, a recuperação do corpo, os rituais e os símbolos são temas trazidos para a história, temas até então considerados indignos da disciplina.

A aproximação, já iniciada pelos *Annales* entre história e antropologia, permitiu à primeira estender o seu campo, e trouxe-lhe um novo interesse pelo banal e pelo quotidiano (C-O. Carbonell, p. 98 e 100).

Maio de 68, em França, é um marco decisivo. A crise, que não teve motivações económicas, conduziu a uma revalorização do cultural; a imprevisibilidade do acontecimento e a dinâmica resultante deste saltaram à vista; o papel do indivíduo foi revalorizado, num movimento que teve como actores principais os estudantes, a futura *élite* do país. Este conjunto de circunstâncias não podia deixar de influenciar e modificar o modo de conceber a história (F-X. Guerra, p. 226).

Mas a nova história conserva ainda os mesmos pressupostos: é ainda a racionalidade, visível no uso de construções teóricas como meio de interpretação histórica, que impera. A novidade consiste em novos problemas, aproximações e objectos. As múltiplas novas histórias têm como características comuns, segundo I. Olábarri (p. 54) uma organização analítica, um menor interesse pelo *quê* e *como*, e maior pelas causas e consequências; um interesse preferencial em três áreas: a base material da existência humana, a história social e socio-cultural e um interesse maior pelas massas em detrimento da acção das *élites*.

É inquestionável, no entanto, a revalorização do acontecimento, a importância do conceito de *élite*, o resgatar da dimensão individual, em certos fenómenos mais operativa na sociedade individualista moderna (F-X. Guerra, p. 235).

Continua a ser fundamental a noção, herdada dos *Annales*, de que cada presente escreve o seu passado, tendo em conta as perspectivas do seu futuro.

A prosopografia, o estudo dos valores, ideias e imaginários, as formas de sociabilidade, conceito introduzido por M. Agulhon, o estudo das referências culturais do grupo, a análise do discurso oral, escrito, iconográfico e simbólico, o conceito de transversalidade em história cultural, a descrição de sistemas organizados como núcleos e periferias são níveis de análise e métodos utilizados pelas novas histórias, que são, no fundamental, ainda modernas; apesar da crise de ideia de progresso, apesar da crítica post-moderna, é ainda esta ideia que lhes está subjacente.

4. A historiografia que se reclama de post-moderna «desconstruiu» o modo habitual de pensar a história, propiciando novas visões da realidade social, permitindo a emergência de novos elementos: cidades, bairros, lugares de memória, prazer, dor e marginalidade; permitiu sobretudo a emergência do conceito de *élite*. A crítica acerada que fez e faz à modernidade reflecte o fim do projecto universalista das Luzes (A. Morales Moya, p. 151).

Correspondendo ao sentimento de profunda crise, à convicção de que a modernidade agoniza, a post-modernidade é a voz da consciência da civilização ocidental, fruto da contradição entre o que se pensa e pode pensar e o que se vive. Levada ao seu extremo, a post-modernidade postula a morte da história, apenas reconhecendo a existência de imagens do passado, criadas pelo discurso narrativo (J. Rüsen, p. 128). Num mundo dominado pela comunicação, a realidade, presente ou passada, parece nada mais ser do que o resultado do entrecruzar de imagens e interpretações (A. Morales Moya, p. 152). Reflexo da crise de valores e ideias, que não foram substituídas por outros, o pensamento post-moderno, por vezes muito dominado pela nostalgia, busca um novo sentido.

Há que receber criticamente as novidades e a *Nova História* assim o fez. A ressurreição da narrativa e a micro-história são frutos do pensamento post-moderno que a nova historiografia aceitou, tanto mais que a oposição entre micro e macro-história não existe necessariamente e que a narração e conceptualização não se excluem (I. Olábarri, p. 65).

As proposições excessivas que acarretam a destruição da História, essas sim, devem ser recusadas. Está neste caso, a crença num relativismo cognitivo radical, que torna impossível qualquer juízo de valor (J. Hexter, p. 111).

Aliás, entre historiografia moderna e post-moderna há traços comuns: ambas aceitam o relativismo cultural e moral, ambas se baseiam numa dialéctica passado/presente e ambas apelam à interdisciplinaridade.

5. A fragmentação excessiva do objecto de estudo conduziu ao abandono de uma visão global da História. Esta falta de uma visão unitária, de uma síntese, corre o risco de provocar a incomunicabilidade cultural e de acentuar a ininteligibilidade crescente da civilização actual. Esta é uma preocupação comum aos vários historiadores citados.

A *Nova História* tem ainda que criar uma história universal que integre os novos avanços. É ainda a preocupação de globalidade, tão cara aos *Annales* e fruto do conceito de história das Luzes, que parece dominar, preocupação esta que pode, talvez, ser considerada uma estrutura mental, na longa duração que já tem. Globalidade entendida agora como convivência de saberes, que por meio de valores universais afirmem e legitimem as diferenças de cultura e as múltiplas perspectivas, permitindo determinar eventualmente a tendência dominante, ainda que não partilhada por todos.

Para superar a modernidade, parece ser necessário dispor de uma teoria do conhecimento que recupere uma concepção unitária do homem e que assinale o campo epistemológico próprio da história, que continua a reivindicar-se como ciência pelo objecto do seu estudo, isto é, a descrição e a explicação da mudança temporal (I. Olábarri, p. 75).

Em conclusão, as conferências reunidas neste livro ilustram da melhor maneira os caminhos da *Nova História*, quer dando conta das reflexões mais recentes sobre o conceito e a realidade da disciplina, quer fornecendo exemplos, ricos de sugestões, acerca do *novo* modo de «fazer História».

Setembro de 1994

Maria Rita Lino Garnel
Universidade Autónoma de Lisboa

FICHEIRO DE ENTRADAS

- AFRICANA — N.º 13 (1994); N.º 14 (1994).
- AL-ULYA: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé — N.º 3 (1994).
- ANUÁRIO — 1984, 1985, 1988, 1989, 1991, 1992, 1993.
- ATRIUM — N.º 14 (1993).
- BARCELOS REVISTA — N.º 4 (1993).
- BEIRA ALTA — V. 53, N.º 1/2 (1994); V. 53, N.º 3/4 (1994).
- BOLETIM DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO — Ano 2, N.º 4 (1994); Ano 2, N.º 5 (1994).
- BRIGANTIA: Revista de Cultura — V. 14, N.º 1/2 (1994); V. 14, N.º 3/4 (1994).
- CADERNOS DE OLARIA — N.º 2.
- CADERNOS DO NOROESTE — V. 5, N.º 1/2 (1992).
- CALLIPOLE: Revista de Cultura — N.º 1 (1993).
- CUADERNOS DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA — N.º 16 (1994).
- ESTUDIOS MINDONIENSES — V. 10 (1994).
- ESTUDOS ORIENTAIS — N.º 4 (1993).
- ESTUDOS REGIONAIS: Revista de Cultura do Alto Minho — N.º 13-14 (1994).
- FAVENTIA — V. 15, N.º 2 (1993).
- FONTES E ESTUDOS — N.º 1 (1994).
- HISPANIA: Revista Espanhola de Historia — V. 54, N.º 187 (1994).
- HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS — N.º 20 (1993).
- HUMANÍSTICA E TEOLOGIA — V. 15, N.º 1/2 (1994); V. 15, N.º 3 (1994).
- JERONIMO ZURITA: Revista de História — N.º 63/64 (1991).
- LUSÍADA: Série de História — N.º 2 (1992).
- MEMOIRES DE LA SOCIETE ARCHEOLOGIQUE DU MIDI DE LA FRANCE — V. 53 (1993).
- PERFICIT — V. 18, N.º 1 (1994); V. 18, N.º 2 (1994).
- REVISTA AGUSTINIANA — V. 36, N.º 109 (1995).
- REVISTA CATARINENSE DE HISTORIA — N.º 2 (1994).
- REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS — N.º 5 (1990/1991); N.º 6 (1992/1993).
- REVISTA DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS — V. 7 (1992); V. 8 (1993).
- REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMENOS — V. 50, N.º 1 (1994); V. 50, N.º 2 (1994).
- REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS — V. 15, N.º 14 (1992).
- REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA — V. 28 (1993).
- REVISTA THEOLOGICA — V. 29, N.º 1 (1994); V. 29, N.º 2 (1994).
- SIGNO: Revista de Historia de La Cultura Escrita — V. 1 (1994).